

Relatório de Atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)

Pontos Relativos à Publicidade/Acesso à Informação	SIM	NÃO
Art. 6o, Inciso I, Art. 8o, §2º, Art. 8o, §4º (Lei no 12.527/2011)		
01 Está sendo assegurado amplo acesso a informação e a sua divulgação (gestão transparente da informação)?		
a) O órgão disponibiliza portal da transparência em seu sítio eletrônico principal? (Municípios com até 10.000 habitantes devem atender obrigatoriamente apenas o disposto nos Incisos II e III do 48 e art. 48-A da LC 101/2000)	X	
b) As informações são divulgadas de forma ampla e de fácil acesso?	X	
Art. 7o, Inciso VII, letra b) (Lei no 12.527/2011)		
02 Está sendo garantido o acesso aos resultados de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo as prestações de contas relativas a exercícios anteriores?	X	
Art. 8o, § 1o, Inciso I (Lei no 12.527/2011)		
03 Está sendo divulgado o registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?	X	
Art. 8o, § 1o, Inciso II (Lei no 12.527/2011)		
04 Estão sendo divulgados os registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros:		
a) com o número do ato, bem como a espécie (convênio, ajuste, acordo, parceria, consórcio ou ato congênera)?	Portal Transparência do Município	
b) com os dados dos órgãos envolvidos (concedente, beneficiário e interveniente)?		
c) com as informações pertinentes ao objeto (nota de empenho, dotação orçamentária, valor global, contrapartida)?		
d) número do ato aditivo, bem como data e objetos adquiridos ou serviços realizados?		
e) nº do ofício da prestação de contas, bem como datas de expedição e recebimento?		
Art. 8o, § 1o, Inciso III (Lei no 12.527/2011)		
05 Estão sendo divulgados os registros das despesas:		
a) com os dados da Unidade Gestora?	X	
b) com os dados de datas, valores empenhados, valores liquidados e valores pagos?	X	
c) com o número ou referência dos processos a que se referem as despesas?	X	
d) com a classificação orçamentária?	X	
e) com a identificação dos beneficiários das despesas?	X	
f) referências de origens das despesas (procedimentos licitatórios, pessoais, financeiras, despesas fiscais, etc.)?	X	
g) descrição dos bens ou serviços a que se referem as despesas?	X	
Art. 8o, § 1o, Inciso IV (Lei no 12.527/2011)		
06 Estão sendo divulgadas as informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados?	Portal Transparência do Município	
Art. 8o, § 1o, Inciso V (Lei no 12.527/2011)		
07 Estão sendo divulgados os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades?		
Art. 8o, § 1o, Inciso VI (Lei no 12.527/2011)		
08 Estão sendo divulgadas as respostas a perguntas mais frequentes da sociedade?		
Art. 9o, Inciso I e II (Lei no 12.527/2011)		
09 I. O acesso à informação pública está sendo assegurado mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:		
a) atender e orientar o público quanto ao acesso às informações?	X	
b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades?	X	
c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso às informações?	X	
10 II. O acesso à informação pública está sendo assegurado mediante a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação?		
	X	
Art. 6o, Inciso VII (Dec. Mun. nº 1.882/2012)		
11 É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas: A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, postos, graduações, funções ou empregos públicos, identificados por meio da matrícula funcional de cada servidor público municipal, incluída a divulgação de todas as vantagens pecuniárias eventualmente percebidas.	X	
Pontos Relativos aos Procedimentos para Acesso à Informação		
Art. 7o, Inciso I (Lei no 12.527/2011)		
12 Está sendo garantido o direito de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada?	X	
Art. 10o, § 1o, 2o e 3o (Lei no 12.527/2011)		

13 (§ 1º). Está sendo exigido, para o acesso de informações de interesse público, exigências para a identificação do requerente que inviabilizam a solicitação? (o que é vedado).	X	
(§ 2º). O órgão está viabilizando alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet?	X	
(§ 3º). Estão sendo feitas exigências concernentes aos motivos determinantes para o acesso à informação de interesse público? (o que é vedado).	X	
Art. 11o, § 1o, Incisos I, II e III (Lei no 12.527/2011)		
14 As informações que não podem ser concedidas imediatamente estão sendo disponibilizadas no prazo máximo de 20 dias (ou dentro da prorrogação de até 10 dias, no máximo, devendo estar cientificado o requerente)?	X	
Art. 11o, § 1o, Incisos I, II e III (Lei no 12.527/2011)		
15 Para informações que não podem ser concedidas imediatamente, o órgão está adotando, alternativamente, qualquer das seguintes providências:		
I. comunicando a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;	X	
II. indicando as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido?	X	
III. comunicando que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação?	X	
Art. 11o, § 4º (Lei no 12.527/2011)		
16 Em caso de não ser autorizada a divulgação de informação sigilosa (total ou parcialmente), o requerente está sendo informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação?	X	
Art. 11o, § 6o, (Lei no 12.527/2011)		
17 Em se tratando de informações solicitadas já disponíveis ao público em formato impresso, eletrônico ou qualquer outro meio de acesso universal, o requerente está sendo informado por escrito acerca do lugar e forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos?	X	
Pontos Relativos à Usabilidade do Portal Eletrônico		
Art. 8o, § 3º Incisos I a VIII (Lei no 12.527/2011)		
18 I. Os sítios oficiais de divulgação das informações contêm ferramentas de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão?		
a) Possui filtros de pesquisa que contemplem ao menos 03 formas de classificação da despesa pública?	Vide site da Semef/ Portal Prefeitura	X
b) Permite pesquisar uma determinada despesa pela descrição?		X
c) Permite a pesquisa por fornecedor de produtos e serviços?	Portal Transparência do Município	
d) Permite a pesquisa por diversas periodicidades? (mensal, trimestral, semestral e anual)?		
e) Há informações sobre os preços unitários dos produtos ou serviços adquiridos?		
f) Permite o download dos dados em arquivo texto ou planilha eletrônica?		
19 g) É possível saber quanto um órgão pagou por determinado produto ou serviço em um determinado semestre do exercício financeiro? (Ex: Quanto o órgão pagou em telefonia fixa no primeiro semestre do exercício?)		
20 II. possibilitam a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações?		
21 III. possibilitam o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina?		X
22 IV. divulgam em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação?		X
23 V. garantem a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso?	X	
24 VI. mantêm atualizadas as informações disponíveis para acesso?	X	
25 VII. indicam o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio?	X	
26 VIII. adotam as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9o da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008?	Ações em andamento.	X
Pontos Relativos à Segurança da Informação		
Art. 6o, Inciso II (Lei no 12.527/2011)		
27 Está sendo assegurada a proteção das informações, garantindo-se a sua disponibilidade, autenticidade e integridade?		
a) O órgão possui Política de Segurança da Informação visando à garantia dos princípios da segurança da informação e de seus aspectos fundamentais (disponibilidade, autenticidade e integridade)?	X	
b) Existem mecanismos de contingenciamento que garantam a disponibilidade e acesso ao portal da transparência (<i>links</i> de internet contingenciados, site backup)?	X	
c) Existem procedimentos periódicos de cópias de segurança das bases de dados e dos sistemas que produzem e mantêm as informações do portal da transparência, de forma a garantir a sua recuperação em casos de incidentes de segurança?	X	
d) Os sistemas que produzem e mantêm as informações no portal da transparência adotam mecanismos de autenticação de usuários (<i>login</i> e senha) e mecanismos de controle de senhas?	X	

e) Os sistemas que produzem e mantêm as informações no portal da transparência adotam mecanismos de controle de acesso de usuários com base na segregação das funções de execução orçamentária e financeira, de controle e consulta?	X	
f) As operações de inclusão, exclusão ou alteração dos dados efetuados pelos usuários em sistemas que produzem e mantêm as informações no portal da transparência são registradas? Os registros (<i>logs</i>) contém no mínimo: código do usuário, operação realizada, data e hora da operação?	X	
Art. 7o, Inciso IV (Lei no 12.527/2011)		
28 Está sendo garantido o acesso à informação primária, íntegra, autêntica e atualizada?		
a) As informações disponibilizadas no portal da transparência são digitais em sua origem?	X	
b) As informações disponibilizadas no portal da transparência são originadas a partir de dados contidos em registros de documentos físicos?	X	
c) As informações disponibilizadas refletem com exatidão a sua fonte original?	X	
d) As informações disponibilizadas são atualizadas?	X	